

Apresentação da Petição

Exm^o Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, Sras e Srs:

A petição **POR UM EDIFÍCIO DIGNO PARA O ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA** representa o descontentamento de um conjunto alargado de cidadãos face à situação atual do Arquivo Municipal de Lisboa e aponta uma alternativa para a sua resolução. Até à data assinaram esta petição mais de 1200 pessoas.

O Arquivo Municipal de Lisboa é o segundo maior arquivo do país e tem à sua guarda documentos de enorme valor, do século XIII até à atualidade. São exemplo a confirmação, por D. Afonso II, do Foral outorgado a Lisboa por D. Afonso Henriques, assim como o Foral concedido por D. Manuel I; o Cartulário Pombalino; toda a documentação referente ao planeamento urbanístico da cidade, onde estão incluídos os primeiros levantamentos topográficos de Silva Pinto e Filipe Folque; os processos de obra particulares que integram a documentação relevante sobre cada edifício existente na cidade, incluindo os relativos ao Prémio Valmor ou o fundo Expo 98; os espólios particulares de arquitetos como Cassiano Branco, Keil do Amaral ou Victor Palla e Bento d'Almeida; o riquíssimo acervo de fotografia representado por nomes como Joshua Benoliel, Eduardo Portugal ou Alfredo Cunha, e o registo audiovisual da evolução da cidade.

A maior parte destes documentos, testemunhos da história e da memória da capital do país, tem vindo a ser guardada em garagens de edifícios de habitação há mais de três décadas, espaços que não reúnem as condições adequadas à sua preservação, contribuindo, de forma determinante, para uma degradação cada vez mais evidente e irreversível.

É da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, enquanto serviço público, manter a coesão de todo o seu acervo, que apenas diz respeito à cidade de Lisboa e aos seus munícipes. Por isso, é inconcebível desmembrar o acervo e entregar a sua gestão a outras entidades.

Atualmente, a Câmara Municipal de Lisboa pretende transferir no curto prazo parte desta documentação e serviços – incluindo o de atendimento ao público - para as garagens e piso térreo de outro edifício de habitação (social) no Alto da Eira, onde o Arquivo esteve em tempos sediado, tendo sido encerrado em 2002 por problemas de saúde pública. Este edifício foi recentemente reabilitado com verbas do Programa Reabilitar para Arrendar (IHRU), evidenciando já problemas de infiltrações.

Está igualmente prevista a saída da documentação do Arquivo do Arco do Cego por este edifício ter sido recentemente cedido à Junta de Freguesia. Também esta parte do acervo

será integrada nas garagens dos edifícios de habitação (social) do Arquivo Municipal de Lisboa.

A Videoteca, atualmente sediada no Largo do Calvário, será deslocada para o edifício de habitação (social) do Bairro da Liberdade, em Campolide, sede do Arquivo Municipal de Lisboa.

Estas transferências e atuais instalações contrariam todas as recomendações nacionais e internacionais para a construção de edifícios de arquivo, e adiam, uma vez mais, a resolução definitiva que passa por transferir o Arquivo de Lisboa para um edifício ÚNICO, CENTRAL e DIGNO de uma cidade capital do país.

De facto, os requisitos para a construção de edifícios de habitação não são compatíveis com os requisitos de um edifício de arquivo, potenciando vários fatores de risco que contribuem definitivamente para a degradação dos documentos. Exemplos disto são as infiltrações, a ausência de isolamentos adequados, espaços não monitorizados nem climatizados (nomeadamente a ausência de controlo dos parâmetros termohigrométricos), e não dimensionados no que respeita ao crescimento do acervo. o problema da segurança também é de extrema importância e de consequências recíprocas, uma vez que incidentes como incêndios ou inundações podem pôr em risco as habitações e o acervo documental.

Entende-se como obrigatório e determinante para a salvaguarda e acessibilidade da documentação:

- Instalar o Arquivo Municipal de Lisboa num edifício de utilização única;
- Reunir todos os equipamentos num único edifício;
- Garantir centralidade e acessibilidade aos cidadãos;
- Ter depósitos com sistema de ventilação, climatização, detecção e extinção automática de incêndios;
- Ter depósitos com capacidade de crescimento de 40 anos.

PPT

Neste sentido, os peticionários propõem:

- 1- Impedir a deslocalização de uma parte da documentação e dos serviços do Arquivo Municipal de Lisboa de volta para o Alto da Eira – zona da cidade mal servida de transportes e pouco central – para as garagens de um edifício de habitação social que não reúne as condições para a preservação de documentos e não é um espaço adequado à circulação de funcionários e do público em geral, podendo ser aproveitado pela autarquia para implementar serviços de apoio e integração da comunidade local.
- 2- Exigir que a Câmara Municipal de Lisboa assuma o compromisso de encontrar, num curto prazo, um edifício digno de um Arquivo, de utilização única, construído de raiz ou requalificado, numa zona central, segura e de fácil acesso, que garanta as condições de salvaguarda do seu património, fundamental para o registo da história e da memória da cidade, e que a todos nós pertence.

Os funcionários e colaboradores do Arquivo Municipal de Lisboa conhecem as reais necessidades do Arquivo Municipal, pelo que, aliando o conhecimento técnico e a experiência, estão disponíveis para acompanhar processo de instalação do Arquivo num novo edifício na cidade de Lisboa devendo ser envolvidos na solução a encontrar.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Qualquer dúvida ou esclarecimento estamos vosso dispor